



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0010654-17.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Ednir Robim Eleuterio**
 Requerido: **Cleber Eleuterio e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

EDNIR ROBIM ELEUTÉRIO ajuizou esta ação de obrigação de fazer cumulada com internação compulsória e pedido de antecipação dos efeitos da tutela contra **CLÉBER ELEUTÉRIO**, o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** e o **ESTADO DE SÃO PAULO**. Aduziu, em síntese, que seu filho é dependente químico e possui comportamento incompatível com a vida em sociedade, eis que consome álcool, crack e outras drogas, em quantidade abusiva, expondo sua vida constantemente em risco, em virtude das mazelas que o vício acarreta. Argumenta que devido à agressividade do autor, o risco de violência física e moral estendeu-se aos familiares. Requer a sua internação em clínica especializada, pública ou particular.

A liminar foi deferida a fl.101/101-verso.

Relatório de acompanhamento a fls. 123/125.

Em contestação, o Município arguiu, preliminarmente, ilegitimidade ativa e passiva e a falta de interesse processual. No mérito discorreu sobre o orçamento e frisou que a procedência da ação caracterizaria privilégio à autora (fls. 132/163.). Juntou os documentos de fls.165/234.

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo contestou a ação às fls. 245/263. Preliminarmente, alegou falta de interesse de agir e, no mérito, discorreu sobre a política pública de saúde mental, sobre o papel dos hospitais psiquiátricos e, especificamente, do Hospital Cairbar Schutel. Alegou ofensa à Constituição Federal e requereu a extinção do feito sem resolução do mérito. Documentos às fls. 264/354.

Relatório de acompanhamento (fls. 357,359, 361/362, 365/366).

Réplica às fls. 368/377.

Relatório de acompanhamento (fls. 379/380).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Manifestação da Fazenda Estadual, requerendo a realização de perícia médica (fls. 383).

Relatório médico (fls. 390/391).

Novo pedido de internação (fls. 396/398). Documentos (fls. 399/400).

Nova internação compulsória deferida a fls. 413.

Declaração de internação (fl.422).

Relatório (fls. 427, 429, 431).

Pedido de reinternação do paciente (fls. 435/437). Documentos (fls. 438/439).

Reinternação deferida às fls. 451.

Documentos atestando o cumprimento da decisão de reinternação do paciente às fls. 481/483 e 485/487.

Parecer do Ministério Público às fls. 501/505.

Relatório de acompanhamento a fls. 508/509.

Contestação por negativa geral apresentada pelo curador especial do paciente Cléber (fls. 513/525).

É o relatório.

Fundamento e decido.

O presente feito comporta julgamento no estado em que se encontra, vez que caracterizada a hipótese do artigo 330, I, do Código de Processo Civil (julgamento antecipado da lide).

Em primeiro lugar, afasto as preliminares arguidas pelos requeridos. A preliminar de ilegitimidade ativa não tem cabimento, porque as internações involuntária e compulsória são medidas previstas na Lei nº 10.216/01, que admite pedido formulado por terceiro (artigo 6º, paragrafo único). Também o artigo 11 do Decreto Federal nº 24.559, de 1934 prevê essa possibilidade.

Constatado que o correquerido possui nível de lucidez alterado por falta de discernimento da realidade, conforme relatado pelo médico, é evidente que não possui condições de ingressar com a ação em seu favor e, por isso, o ordenamento permite que a internação seja feita mediante solicitação de pessoas próximas ao dependente, o que é amplamente aceito pelos Tribunais:

“Apelação Cível Ação de Obrigação de Fazer Internação Compulsória de dependente químico e álcool em clínica especializada às expensas da Municipalidade. Autora que promoveu a ação contra a Municipalidade e seu filho sentença que indeferiu liminarmente a inicial, por ilegitimidade ativa da autora O fato da autora ser genitora de dependente químico e alcoólatra, confere-lhe legitimidade para postular a internação do filho em juízo, pois ainda que o mesmo seja maior e não tenha sido declarado incapaz judicialmente, é fato notório que as pessoas dependentes de drogas e álcool não têm discernimento para se internarem voluntariamente em clínica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

especializada para tratamento inteligência dos artigos 3º e 6º da Lei Federal 10.216/2001 e art. 11 do Decreto Federal n. 2.4559/34. O bem jurídico que se visa tutelar é a saúde, a integridade física e mental e a própria vida, assegurado a todo cidadão, decorrente do dever do Estado, em sentido genérico, e consagrado constitucionalmente como direito fundamental da dignidade da pessoa humana (inciso III, do art. 1º da CF) Legitimidade da autora, ora genitora, reconhecida Precedentes Sentença de extinção do feito afastada Recurso da autora provido para o fim de afastar o indeferimento da petição inicial com retorno à origem para prosseguimento”¹. – Grifei

Da mesma forma, não é o caso de ilegitimidade passiva. Isto porque a Constituição Federal, no artigo 196, estabelece que *'a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação'*.

Ademais, foi estabelecida competência comum para todos os entes da federação no cuidado da saúde² e, não fosse isso o suficiente, o artigo 30, inciso VII, confere aos Municípios a competência para prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população³.

A solidariedade passiva dos entes públicos (União, Estado e Municípios) resta evidente na leitura do artigo 198, caput e parágrafo primeiro, da Constituição Federal, quando afirma que *"as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único"* e que o sistema único de saúde será financiado com recursos do orçamento da *"seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes"*.

Como a solidariedade passiva implica possibilidade de o credor cobrar de qualquer um dos devedores, não há que se falar em quinhão de responsabilidade da União, do Estado, do Distrito Federal e do Município no fornecimento gratuito de medicamentos ou de tratamento médico. Nessa orientação, o lapidar aresto do E. STJ:

¹ *TJ/SP. Ap. cível n. 0026746-57.2011.8.26.00053, 5ª Câ. Dir. Púb. Rel. MARIA LAURA TAVARES J. 13.02.2012.*

² Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(..)

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

³ Art. 30. Compete aos Municípios:

(...)

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A Corte Especial firmou a orientação no sentido de que não é necessário o sobrestamento do recurso especial em razão da existência de repercussão geral sobre o tema perante o Supremo Tribunal Federal (REsp 1.143.677/RS, Min. Luiz Fux, DJe de 4.2.2010).

2. O entendimento majoritário desta Corte Superior é no sentido de que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios são solidariamente responsáveis pelo fornecimento de medicamentos às pessoas carentes que necessitam de tratamento médico, o que autoriza o reconhecimento da legitimidade passiva ad causam dos referidos entes para figurar nas demandas sobre o tema.

3. Agravo regimental não provido”⁴.- Grifei.

Do mesmo modo, há de ser afastada a preliminar de falta de interesse de agir arguida pelo Município-réu. É certo que *“o interesse processual se consubstancia na necessidade de o autor vir a juízo e na utilidade que o provimento jurisdicional poderá lhe proporcionar”⁵.*

No caso dos autos, a autora recorreu ao Poder Judiciário para ver efetivado o direito à saúde, através de tratamento adequado de seu filho. Como não há, na região, clínica conveniada com o SUS que realize o tratamento de que seu filho necessita, esta ação é o único meio disponível para que possa ver concretizado esse direito.

Quanto ao mérito, ressalta-se que a indicação para a internação compulsória vem confirmada pelos inúmeros relatórios existentes nos autos, tendo a ação respaldo no artigo 196 da Constituição Federal, segundo o qual *“a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.*

A internação do dependente de substância entorpecente é medida protetiva que visa ao adequado tratamento médico para salvaguardar o direito à saúde e à integridade física e mental, tendo por fundamento o princípio constitucional do respeito à dignidade da pessoa humana (artigo 1º, III, da Constituição Federal).

Assim, não procede a alegação do Município-réu de que disponibilizar o adequado tratamento ao correquerido caracterizaria privilégio deste em detrimento dos demais.

Afinal, o direito à saúde foi concebido pelo legislador constituinte como um direito de

⁴ STJ. Processo AgRg no REsp 1159382/SC. Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES - SEGUNDA TURMA. Julgado em 05/08/2010. Publicado em DJe 01/09/2010.

⁵ Nery Junior, Nelson. Código de processo civil comentado e legislação extravagante. 10. ed. Ed. Revista dos Tribunais, 2007, pág. 167.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

todos e dever do Estado, que deve garanti-lo, indiscriminadamente, a qualquer integrante da comunidade, por força da adoção de políticas sociais e econômicas voltadas para esta finalidade. As ações e serviços de saúde foram consideradas de relevância pública, tendo a diretriz do atendimento integral como um de seus lastros.

Os princípios da universalidade e da igualdade de acesso aos serviços de saúde também se aplicam à hipótese dos autos. Aliás, tais princípios devem ser interpretados como inclusivos, ou seja, garante-se a universalidade e a igualdade quando satisfeita a necessidade particular do cidadão em relação à sua saúde. Neste ponto, o réu deturpa os conceitos desses princípios passando a enxergá-los apenas na perspectiva coletiva, e assim, lhes retiram qualquer eficácia quando existe uma situação concreta que exige o atendimento público.

Portanto, não há que se dizer em invasão indevida do Poder Judiciário no orçamento público, uma vez que no cotejo com o direito à saúde, este demonstra inegável prevalência sobre os interesses patrimoniais. Ademais, vigora hoje em dia o conceito de efetivação da tutela jurisdicional, o que pressupõe medidas eficazes para a proteção dos direitos.

Desta forma, é obrigatório o acolhimento do pedido inicial, com a manutenção da correquerido Cleber, como forma de preservar seu direito à saúde, bem como a saúde e segurança de seus familiares e daqueles que o cercam.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, nos termos do artigo 269, inciso I do Código de Processo Civil, para determinar a **MANUTEÇÃO DA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA** do requerido **CLEBER ELEUTERIO**, salvo se já tiver recebido alta médica, devendo a autora participar de grupos de apoio, para que possa recepciona-lo adequadamente, quando de seu retorno.

Diante da sucumbência, condeno os requeridos ao pagamento das custas processuais, na forma da lei e, solidariamente, a arcar com os honorários advocatícios que fixo, por equidade, em 700,00 (setecentos reais).

P.R.Int.

São Carlos, 28 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**